

ACTA N.º 2/2011**ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE S. JOÃO DA PESQUEIRA, REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2011**

Aos vinte e nove dias do mês de Abril de dois mil e onze, pelas catorze horas e trinta minutos, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal de S. João da Pesqueira, por convocatória do senhor Presidente da Assembleia Municipal, Manuel António Natário Cordeiro, de quinze de Abril de dois mil e onze, com a seguinte ordem de trabalhos:

PONTO 1 – Apreciação da actividade municipal;

PONTO 2 - Análise, discussão e votação dos Documentos de Prestação de Contas do Ano de 2010;

PONTO 3 - Eleição de um Presidente de Junta e suplente para integrar o Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses – ANMP.

O senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a sessão e lembrou aos presentes que ali assistiam que, querendo, poderiam intervir na mesma no período reservado ao público, mediante prévia inscrição na mesa. Informou os presentes que convidou para secretariar a mesa o senhor Luís Calaixo, em substituição do senhor secretário Silva Fernandes, por este não poder estar presente.

Notou a recepção de pedidos de justificação de falta dos senhores Silva Fernandes, Cátia Monteiro, Artur Costinha e Álvaro Costa. Posteriormente procedeu à chamada de todos os membros da Assembleia Municipal, verificando-se apenas a ausência dos elementos atrás mencionados.

Apurou-se, assim, o quórum necessário para que a sessão pudesse legalmente funcionar, com a presença de vinte e cinco membros.

Período Antes da Ordem do Dia

O senhor Presidente da Assembleia Municipal iniciou este período informando mais uma vez que toda a correspondência recebida é arquivada na secretaria, aí estando disponível a todos para consulta.

De seguida informou os presentes que, na sequência do que tinha sido solicitado pelo senhor Vítor Monteiro na sessão anterior, relativamente ao Programa Municipal de Apoio Social às famílias, a senhora Vereadora Marcolina Sequeira lhe solicitou que fizesse distribuir aos membros da Assembleia um quadro resumo dos pedidos

solicitados e das intervenções realizadas, facultando a todos a possibilidade de no período de antes da ordem do dia puderem pedir esclarecimentos sobre o mesmo.

Disse, ainda, ter estado presente no passado dia vinte e sete de Março, a convite do senhor Presidente da Câmara, na assinatura de um Protocolo de Financiamento entre a ON2 - O Novo Norte e o Município de S. João da Pesqueira para a construção do Pólo do Museu do Vinho.

Posteriormente, solicitou aos membros eleitos em representação da Assembleia Municipal nas diversas entidades que informassem acerca das actividades das mesmas.

O senhor António Balça, membro da Assembleia Distrital, da qual faz parte, também, o senhor Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Cordeiro, deu conta que terem recebido uma convocatória para uma reunião daquele órgão, mas decidiram não estar presentes em virtude de há já vários anos se terem deslocado a Viseu e nunca terem reunido por falta de quórum, o que, mais uma vez, deveria acontecer com quase toda a certeza. Não se limitaram a não comparecer, mas remeteram previamente uma carta ao senhor presidente daquele órgão com a justificação, sugerindo que se estudasse uma outra forma de abordar a situação por forma a possibilitar a marcação de uma sessão com quórum que encerre definitivamente a Assembleia Distrital, atento o actual esvaziamento de competências, em alternativa às sucessivas convocatórias depois sem sucesso prático.

O senhor Presidente da Mesa informou, ainda, que a mesma Assembleia Distrital tem contas para aprovar desde mil novecentos e noventa e nove e que da última vez que estiveram presentes o senhor Presidente da mesma, Fernando Ruas, explicou a situação referindo que a única forma de se resolver a situação seria uma Assembleia para encerrar a mesma, mas não havendo quórum tal seria impossível. Encontra-se junto à presente acta cópia da carta remetida à ANMP.

Os senhores Silva Fernandes, Luís Pereira e Manuel Cordeiro, representados na Assembleia da Comunidade Intermunicipal do Douro, disseram não ter havido desde a última Assembleia Municipal qualquer sessão da Assembleia da CIMDOURO, pelo que nada haveria por ora a informar.

Quanto à Comissão Municipal da Defesa da Floresta contra Incêndios, o senhor António Balça informou que esta reuniu no dia dezoito de Abril de dois mil e onze. Contou que o Plano Operacional Municipal é elaborado anualmente, que foi apresentado o Relatório de Actividade de dois mil e dez, foi apresentado o programa de Acção para dois mil e onze e, ainda, o relatório trimestral. Destacou o facto de que entre noventa e três hectares de gestão de combustíveis previstos no Programa de Acção de dois mil e onze, já terem sido executados em dois mil e onze cinquenta vírgula três hectares no primeiro trimestre, situação valorizada pelas entidades presentes na reunião, nomeadamente pelo Técnico da Autoridade Florestal Nacional.

Referiu que na mesma reunião se abordou a acção dos sapadores florestais que estão a fazer um excelente trabalho. Congratulou-se com a aquisição pelo município de equipamento de comunicações para as corporações de Bombeiros Voluntários do Concelho. Mais referiu que a Câmara Municipal dispõe de uma técnica com formação em fogo controlado que pensa ser uma mais valia.

Relativamente ao Conselho Cinegético Municipal, o senhor Adelino Nascimento Lopes informou que não houve reunião.

No Conselho da Comunidade do ACES Douro Sul o senhor Luís Paíga informou que também esta não reuniu, não havendo nada a informar.

O senhor Presidente da Assembleia informou que o Conselho Municipal de Educação, do qual faz parte juntamente com o senhor António Augusto Vicente, também não reuniu.

Quanto ao Núcleo Social de Inserção, o senhor Manuel Martins disse não haver nada a informar.

O senhor Presidente da Assembleia Municipal disse, depois, ter enviado com a convocatória a proposta de acta da sessão anterior a fim de evitar a sua extensa leitura, libertando a Assembleia para outros assuntos de maior importância, propondo, por isso, e uma vez que regimentalmente ela deva ser lida, a dispensa da sua leitura com a concordância de todos, o que posto à votação foi aprovado por unanimidade.

Foi feita apenas uma correcção à acta, a pedido do senhor António Balça, relativamente à sua intervenção quanto à sua concordância com a maioria das atribuições às famílias carenciadas, embora não concordando com outras.

Feita a correcção, a acta foi posta à votação tendo sido aprovada por maioria dos presentes, com as abstenções dos senhores Luís Calaixo, Sandra Sequeira, Maria da Conceição Gomes e Adelino Lopes por não terem estado presentes.

O senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou, logo depois, abertas as inscrições para intervenção neste período de Antes da Ordem do Dia, concedendo a palavra por ordem de inscrição.

O senhor José Fernando Santos apresentou o seu descontentamento por não ter sido informado pelo município das famílias necessitadas da sua freguesia, dizendo existirem pelo menos três casos que o quadro distribuído contempla dos quais não tinha conhecimento. Conclui que os Presidentes de Junta existem, também, para ajudarem nestas situações, e que gostaria de contribuir com a sua opinião e ajuda neste âmbito.

O senhor Joaquim Monteiro felicitou o senhor António Brites Aguiar pelo vinho Bafarela 17 por si produzido, que tão bem publicita o Concelho de S. João da Pesqueira, como exemplo de um belíssimo trabalho. Relativamente ao Plano Social de Apoio Municipal disse que a identidade das pessoas carenciadas ajudadas não deve

ser publicitado, mas que os Presidentes de Junta devem ser chamados a conversar com a senhora Vereadora da Acção Social acerca deste assunto. Apesar de saber que o Executivo não esqueceu Ervedosa, o certo é que algumas obras ainda estão por realizar ou decorrem de uma forma muito lenta, a exemplo a estrada do Sarzedinho – Castanheiro, tema já abordado em anteriores sessões tanto pelo senhor Joaquim Monteiro como pelo senhor António Balça, a estrada Municipal do Sarzedinho que em dois locais sítios está muito perigosa e algumas calçadas a necessitar de arranjo urgente. Quanto à iluminação pública, referindo-se ao ofício de sensibilização que recebeu da Câmara Municipal, disse que desde o início se vem debatendo para que a rede pública seja remodelada, sendo que em algumas freguesias, nomeadamente na Pesqueira, na parte nova, se poderão apagar alguns candeeiros desnecessários, mas já não na freguesia de Ervedosa onde todos são necessários. Poder-se-á sim regular o seu período, uma vez que há situações em que acendem muito tarde e outras em que apagam muito cedo. Relembrou as escolas do Sarzedinho e Casais, julgando que a senhora Vereadora não esqueceu o assunto. Mais uma vez se congratulou com a boa comunicação que detém com o senhor Presidente da Câmara e com a senhor Vereador Vítor Sobral na resolução de alguns assuntos. Referiu, ainda, que gostaria de ver resolvido o assunto das entradas das casas do senhor Costa, cujo levantamento a Câmara Municipal se comprometeu fazer, o que ainda não aconteceu.

O senhor Luís Mateus Pereira iniciou a sua intervenção congratulando-se com o que foi dito sobre o desempenho da equipa dos Sapadores Florestais relativamente ao trabalho desenvolvido ao longo do ano, acrescentando que também gostava que este serviço se alargasse a Soutelo e Nagoselo, pois não se tem apercebido que tenham andado lá a trabalhar. Alertou para o espaço da Serra da Senhora do Monte, no acesso à Mina do Reboredo, que deve ser melhorado, pois com o aproximar do Verão é importante que sejam limpas as bermas do caminho para a mina que é muito utilizado pelas pessoas das duas aldeias. Sugeriu que logo que fosse possível se ocupassem desta área de mancha florestal, tornando-a um postal de visitas do nosso concelho, podendo, assim, em alguma coisa sermos melhores. Alertou depois para a salvaguarda do interesse público no espaço dos caminhos, quando ela colide com o interesse privado, pois, embora defensor de que a propriedade de cada um deve ser salvaguardada, sempre que há abusos deve, quem tem poderes para tal, intervir e sancionar. Entende que o interesse público deve prevalecer sobre o interesse privado.

O senhor Vítor Monteiro agradeceu à senhora Vereadora da Acção Social a informação fornecida relativamente ao Plano Social de Apoio Municipal, sendo esta bastante completa. Manifestou a sua opinião sobre a forma de receber a documentação para as sessões da Assembleia Municipal através da internet e que, embora tenha sido consultado individualmente acerca do assunto e com essa forma

tenha concordado pontualmente para a presente sessão, entende que este não deve ser o único meio de disponibilização da documentação, preferindo recebê-la em papel a fim de tomar notas, riscar ou sublinhar, uma vez que tendo de os imprimir, quando são muitos, tal acarretará custos elevados para os membros da Assembleia, devendo cada membro poder optar por receber a convocatória e os documentos via email ou em suporte de papel.

O senhor Eduardo Frederico questionou o executivo acerca da necessidade ou não da eleição de um membro da Assembleia Municipal de cada partido para o Concelho Municipal da Juventude, assunto que havia sido excluído da anterior sessão. Alertou também para o facto de no site do Município as actas do Executivo estarem trocadas. Referiu-se, depois, à publicação do Aviso n.º 15170/2010, de 30 de Julho, que cria a Zona Especial de Protecção do Alto Douro Vinhateiro e as suas implicações a nível regional e a nível de S. João da Pesqueira, e que convinha que a Assembleia fosse suficientemente esclarecida sobre o que o Município ou os municípios da Região Duriense estão a fazer na defesa da nossa região e das pessoas. Assim, procedeu à leitura de um documento escrito, no qual fez considerações e onde questionou o executivo, documento esse cujo teor aqui se dispensa citar e que, por isso, se encontra anexo à presente acta, para o qual se remete, e que dela faz parte integrante. Disse que compreenderia que o Executivo não tivesse todas as respostas nesta reunião, mas que gostaria que a todas as perguntas colocadas fosse dada resposta pelo menos na próxima reunião.

O senhor Vladimiro da Silva começou por dizer que seria importante existir um espaço onde se pudesse dialogar sobre muitas questões de interesse para todos, designadamente as levantadas pelo senhor Eduardo Frederico, pois nas sessões das Assembleias Municipais, por imperativos legais, tal diálogo não é possível, limitando-nos a perguntas e respostas que não permitem aprofundar alguns assuntos. Questionou, ainda, o estado do processo de revisão do PDM, que é uma questão fundamental para o concelho. Lamentou, depois, a impossibilidade relatada de realização das reuniões da Assembleia Distrital, nas quais deveriam ser discutidos os mais diversos problemas dos municípios e a troca de experiências. Terminou a sua intervenção felicitando o senhor Presidente da Câmara Municipal e o seu executivo pelo espaço de colaboração que proporciona a todas as freguesias, independentemente de opções políticas.

O senhor Balça disse, tendo tido conhecimento da assinatura do protocolo para financiamento do futuro Museu do Vinho, questionou o executivo sobre o teor do mesmo e o que poderá vir a acontecer futuramente, considerando que o mesmo só poderá beneficiar este nosso o maior concelho vinhateiro. Congratulou-se por verificar que o outdoor publicitário do nosso Município contempla o brasão de todas as freguesias. Lamentou apenas a fotografia com o barco do senhor Mário Ferreira, que

não deixa um tostão no nosso município, antes lixo, referindo que o concelho tem mais coisas para mostrar. Concorda com o pedido de colaboração para a poupança de energia eléctrica nas freguesias, nomeadamente porque existem alguns pontos de luz que se podem anular ou reduzir em caminhos fora das freguesias. Fez ainda referência aos contadores da água e Há necessidade de controlar os consumos desmesurados que havia em anos anteriores. Contou ter tido conhecimento que foram recuperadas e reparadas algumas nascentes, com o que concorda, por significar economia e utilização em benefício de todos.

O senhor Brites Aguiar começou por agradecer ao senhor Joaquim Monteiro as palavras de felicitação que lhe dirigiu sobre a promoção que o seu vinho faz de S. João da Pesqueira, dizendo que é também seu objectivo, não só promover o vinho, mas a sua freguesia e o seu concelho. Disse que, na sequência desta referência, queria fazer uma alusão à Festa dos Saberes e dos Sabores, para dizer que por vezes existem algumas acções que não promovem nem dignificam o concelho, como por exemplo a venda de azeite em garrafas plásticas de água, o que não o faz sentir muito orgulho desse evento. Acrescentou que é fundamental que os produtos sejam bem embalados e bem apresentados, que a promoção seja bem feita para o nosso concelho ser dignificado, caso contrário o resultado é precisamente o oposto. Relembrou uma intervenção do senhor Silva Fernandes, numa reunião do anterior mandato, relativamente ao modo como eram vendidos os produtos nessa feira, e que se chegou a conclusões nessa mesma Assembleia, mas que, infelizmente, não teve resultados práticos no futuro. Há ainda muitas situações em que o produtor não está identificado no produto, nem há uma referência a S. João da Pesqueira, correndo-se riscos para a saúde pública, pois o azeite adulterado é extremamente perigoso, e muitas vezes dá-se um sinal de facilitismo às pessoas que considera errado, pois o mercado não aceita este facilitismo. Referiu o bom trabalho que o senhor António Balça tem feito para promover o azeite do Castanheiro do Sul, com boa embalagem, bom rótulo, sendo uma concorrência desleal os produtos embalados de qualquer maneira, sem análises e sem garantias em termos de segurança e saúde.

Relembrou também uma intervenção de um anterior deputado municipal, agora Vereador do Executivo, o senhor Nelson Castro, que questionou a utilidades das opiniões e das conclusões que se tiravam nesta Assembleia, uma vez que via que não eram aplicadas depois pelo Executivo. Deixa a mesma pergunta no ar, pois pensa que o concelho ficará melhor se se atender às opiniões aqui formuladas, às conclusões e aos saberes que vão passando por esta Assembleia.

O senhor António Vicente disse ter já respondido ao ofício da Câmara Municipal relativamente aos candeeiros de iluminação pública da sua freguesia, informando quais os candeeiros que poderiam ser desligadas, mas que até à data isso ainda não aconteceu. Informou ainda que, ao fundo do Vidigal, na estrada que vai

para o Vale de Vila, existem oito candeeiros que acendem de dia e apagam de dia e que nesse local apenas são necessários três, e que um deles junto à rotunda da máquina não funciona estando o local completamente às escuras e que até agora ainda ninguém resolveu a situação. Congratulou-se com a actuação da senhora Vereadora relativamente à informação recebida quanto ao Programa Social de beneficiação habitacional, mas até agora não tinham qualquer conhecimento de que essas famílias estavam a ser ajudadas.

O senhor Presidente da Assembleia Municipal, na sequência da intervenção do senhor Vítor Monteiro, lembrou a todos os presentes que antes de enviar a convocatória da Assembleia perguntou pessoalmente a cada um se concordavam em receber a documentação via internet, tendo procedido ao seu envio em suporte de papel a quem o solicitou. Feito o esclarecimento, deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal que disse entender a preocupação dos Presidentes de Junta relativamente a determinados assuntos para os quais não são chamados ou ouvido, mas que muitos deles só à Câmara Municipal dizem respeito, como este assunto do apoio social às famílias carenciadas que diz respeito a cada uma das pessoas e não deve ser divulgado, devendo permanecer sigiloso, abrindo-se apenas aos técnicos da Câmara Municipal, das IPSS e da Segurança Social, e sempre que a Câmara entender que deve prestar essa informação ou pedir opinião isso é feito. Agradeceu as palavras do senhor Joaquim Monteiro, dizendo que a Câmara Municipal está aberta aos problemas de todos, independentemente da opção política. Quanto às casas disse que iria ser feita a intervenção já na próxima semana. Relativamente à iluminação disse ser intenção da Câmara retirar iluminação onde ela está a mais e aumentar onde é mais necessária. Este trabalho está a decorrer, mas ainda não receberam resposta de todas as freguesias. Acrescentou que estão a pedir ajuda às juntas para solucionar este problema. Informou ainda que na próxima semana irá para o terreno uma equipa de três pessoas para tentar harmonizar esta situação. Informou, também, que teve uma reunião urgente na Associação Municipal Douro Sul, a propósito de uma candidatura com um investimento até duzentos e cinquenta mil euros, no âmbito da eficiência energética, pois a preocupação da Câmara é reduzir os seus custos. Relativamente à intervenção do senhor Luís Mateus, no que se refere ao trabalho dos Sapadores Florestais, disse que têm tentado que seja feito o melhor possível. Quanto aos abusos mencionados, disse que devem denunciar-se estas situações, especialmente as Juntas de Freguesia. Respondendo ao senhor Vítor Monteiro, sensibilizou para a abertura dos membros da Assembleia para a recepção da documentação em formato digital em detrimento do papel, reduzindo-se os custos para Câmara e para todos, e que sendo necessário a Câmara facilitará a sua consulta através dos seus técnicos. Em resposta ao senhor Eduardo Frederico, relativamente à ZEP, contou que é um assunto que está a ser seguido pela

CIMDOURO. Houve uma imposição aos municípios que estão integrados nestas ZEP que coincidem com a região demarcada, situação que está em estudo pela CIM, por forma a perceber se poderá adaptar-se à realidade de cada concelho, pois neste caso o nosso concelho seria penalizado em benefício detrimento de outros que não pertencem à Região Demarcada do Douro. Um dos principais problemas foram os projectos do SolarH, que, assim, obriga a projecto para intervenção, encarecendo o sue custo. Informou que quando houver mais dados, os mesmos serão divulgados no site do município. Concorda com a intervenção do senhor Vladimiro Silva quando diz que no município todos os eleitos se devem manter unidos, e que as Assembleias Distritais se diluíram através das CIM's, que neste momento não têm razão de existir e que estas viagens a Viseu sem resultado são um encargo para a autarquia desnecessário e evitável. Informou que a revisão do PDM está a ser elaborada, tendo havido já duas reuniões com a CCDR para se determinar quem vai intervir no PDM. Acrescentou que terá um prazo máximo de dois anos e meio, e que se depende, também, de entidades externas ao Município, mas que está tudo bem encaminhado. Respondendo ao senhor António Balça, disse que quanto ao protocolo do Museu do Vinho, a ON2, através da CCDR, entendeu ser o concelho de S. João da Pesqueira o mais emblemático do Douro em termos vinícolas. Disse que será um Museu interactivo, que não queriam que fosse um museu parado. Comparou-o a uma Vindouro diária para ajudar os produtores e agricultores a fazer a divulgação dos seus produtos. Quanto à feira dos Saberes e Sabores disse que é uma feira que visa ajudar quem nada tem, e que os nossos agricultores não são os que adulteram os seus produtos, e é preferível concentrá-los num local apropriado, onde estejam juntos, do que venderem os produtos nas malas dos carros como faziam há uns anos atrás, pois nem todos têm capacidade de se organizar para fazer marcas, fazendo, assim, vendas directas dos seus produtos. A intenção é ajudar os pequenos produtores para que possam vender os seus produtos para fazer face às despesas que tiveram durante o ano.

Concedida a palavra aos inscritos para replicar, interveio o senhor Eduardo Frederico para lembrar que o senhor Presidente da Câmara Municipal não respondeu à questão sobre o Concelho Municipal da Juventude, perguntando, ainda, se o protocolo do Museu do Vinho vai ou não ser divulgado no Site do Executivo, recordando também ter apresentado uma exposição, por escrito, sobre a ZEP da Região Demarcada do Douro que entregou ao Presidente da Mesa, cujas perguntas aí mencionadas gostaria de ver respondidas pelo senhor Presidente da Câmara Municipal, por escrito, o mais tardar na reunião de Junho.

O senhor Presidente da Câmara disse que relativamente ao Conselho da Juventude ainda não havia directivas específicas. Quanto à ZEP, assim que houver mais dados estes serão enviados por escrito ou mesmo colocados no site. A pedido da senhora Vereadora da Acção Social, e com a anuência do senhor Presidente, foi-lhe

dada a palavra para abordar as questões suscitadas relativamente à não audição dos senhores presidentes de junta no âmbito do apoio social às famílias carenciadas suscitado pelo senhor José Fernando Santos.

A senhora Vereadora Marcolina Sequeira disse entender que não é imperativo que os senhores Presidentes de Junta tenham participação neste programa, e, mais importante que participarem, é estarem satisfeitos pelo facto de se ajudarem famílias nas suas freguesias. Disse, ainda, que estão receptivos a que os Presidentes das Juntas façam chegar as necessidades das suas freguesias. Que cada vez mais há famílias com maiores dificuldades, algumas a viver de forma miserável. Sempre que é necessário pedem a intervenção dos presidentes de junta. O programa de Acção Social não avalia comportamentos, avalia situações. O que importa é dar condições de habitabilidade e matar a fome às famílias e que nestas avaliações não há intenção de beneficiar ou prejudicar ninguém, pois as avaliações são feitas de forma sistemática e criteriosa. Terminou apelando a todos os Presidentes de Junta alertem a Câmara sempre que conheçam situações desta natureza.

O senhor José Fernando Santos disse não ser contra a ajuda às famílias, mas que se devem ajudar apenas as que precisam, os pobres, e não algumas que não querem trabalhar. Pensa que as pessoas indicadas para informar sobre as necessidades das famílias das freguesias são efectivamente os Presidentes de Junta.

Período da Ordem do Dia

Finalizado o período de antes da ordem do dia, o senhor Presidente da Assembleia Municipal deu início ao período da ordem do dia com a leitura dos assuntos a tratar, assim:

PONTO 1 - Apreciação da Actividade Municipal;

PONTO 2 - Análise, discussão e votação dos Documentos de Prestação de Contas do Ano de 2010;

PONTO 3 - Eleição de um Presidente de Junta e suplente/substituto para integrar o Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses - ANMP.

PONTO 1 – Apreciação da actividade municipal

Procedeu-se à leitura da informação remetida pelo senhor Presidente da Câmara Municipal.

Abertas as inscrições, começou por intervir o senhor Eduardo Frederico que questionou o Executivo acerca dos regulamentos de apoio e financiamento ao associativismo humanitário e ao Plano Operacional de dois mil e onze e se estes documentos iriam ficar disponíveis no Site do Município para consulta. Perguntou quais foram os termos do acordo com a REFER na aquisição da parcela de terreno sita na

Ferradosa. Disse, ainda, que esta a informação prestada pelo senhor Presidente da Câmara Municipal da actividade do Município não é suficiente para a Assembleia Municipal poder exercer uma das suas competências fundamentais que é a fiscalização da actividade do Município. Acabou a sua intervenção com a leitura de um documento escrito que fez chegar à mesa no qual solicita informação ao senhor Presidente da Câmara Municipal, que aqui se dispensa citar e, por isso, se encontra anexo à presente acta e que dela faz parte integrante, para o qual se remete.

O senhor Balça questionou o Executivo sobre a sua presença na Festa Internacional do Vinho, Pescado e Agro-alimentar, para saber se aí estiveram alguns produtores de vinho, pois não teve conhecimento deste certame e gostaria de ter também participado como pequeno produtor de azeite e representante de alguns agricultores. Referindo-se à Festa dos Saberes e dos Sabores disse que fez já saber a sua discordância relativamente à forma como está a decorrer este evento e, embora compreendendo a justificação do senhor Presidente, entende que não se pode vender no mercado o azeite sem ser devidamente acondicionado e rotulado, esperando que se legisle como se faz no vinho, produto que é certificado, com o rótulo que lhe dá garantia de qualidade. Deixou a sugestão de se reunir previamente com os interessados e a criação de um regulamento de apresentação dos produtos que todos tivessem de cumprir.

O senhor Vítor Monteiro interveio querendo saber de que específica parcela adquirida à REFER se tratava e qual o destino a dar à mesma. Mais questionou o executivo acerca do levantamento das casas degradadas no concelho e se é intenção fazer-se alguma coisa.

O senhor Presidente da Câmara Municipal, respondendo ao senhor Eduardo Frederico, disse que todos os regulamentos e informações vão ficar disponíveis no site do Município para que toda a gente tenha acesso aos mesmos. E os documentos distribuídos à Assembleia Municipal respeitantes à actividade do Município também aí se encontrarão. Identificou, depois, a parcela na Ferradosa adquirida à REFER, no espaço que se situa entre a antiga ponte e a nova ponte, na zona onde passava a linha do comboio e que era um terreno da REFER, nos quais a Câmara fez obras e melhoramentos, mas nunca se chegou a um entendimento entre a REFER e o Município de S. João da Pesqueira. O município pagou, assim, o preço de vinte e dois mil euros como acerto final, que inclui um edifício situado à entrada para S. Xisto. Agradeceu ao senhor Eduardo Frederico a ajuda neste processo. Para responder ao senhor António Balça, disse que a Câmara enviou ofício às Cooperativas do concelho acerca do evento em questão e que apenas as que responderam foram as que participaram, havendo todo o interesse na participação naquele certame que é a melhor feira a nível nacional. No que se refere à Feira dos Saberes e dos Sabores, disse entender que devemos defender a qualidade dos nossos produtos, mas esta festa

também tem um cariz social. Nesta feira não se vende só azeite, também se vende mel, amêndoa, figos, pão, entre outros, e todos os agricultores querem, decerto, vender os seus produtos com qualidade, pois caso contrário no ano seguinte não venderiam nada. Informou, depois, que é intenção do Município com o levantamento das casas devolutas resolver a situação e que se está a trabalhar nesse sentido, querendo começar pelas situações mais urgentes e precárias e que oferecem um maior risco às pessoas.

O senhor Eduardo Frederico, referindo-se à nota de Imprensa relativa ao Pólo do Museu do Vinho, questionou o senhor Presidente acerca da forma como o Município virá a suportar este Investimento de um milhão de euros. Quis saber também se o imóvel já adquirido será afectado ao domínio público ou ao domínio camarário. Terminou perguntando em que reunião de Câmara foi aprovada a aquisição deste imóvel, sendo esta aquisição matéria a levar à aprovação da Assembleia Municipal, pois é da sua competência autorizar tal aquisição.

O senhor Presidente da Câmara Municipal disse que o valor de um milhão de euros vai sair das receitas do Município em investimento, pois é um projecto de referência no Douro e não o fazer era assumir que este projecto não era importante para S. João da Pesqueira e a sua imagem como concelho vinhateiro. Entende que o próprio projecto se vai auto financiar, sendo uma espécie de Vindouro todos os dias. A própria ON2 elegeu o projecto como a principal obra que se vai fazer no Douro, superando o Museu do Douro. Espera que este Núcleo Museológico consiga divulgar o Concelho. Mais disse que o assunto foi levado a reunião de Câmara e também foi à Assembleia Municipal no Plano e Orçamento de dois mil e onze que foi aprovado.

PONTO 2 – Análise, discussão e votação dos Documentos de Prestação de Contas do Ano de 2010

Abertas as inscrições para o uso da palavra, começou por intervir o senhor Vladimiro Silva que se congratulou com o nível elevado da execução do Plano de Actividades, o que muitas Câmaras de referência como V. N. Gaia ou Castelo Branco não conseguem. Julga que de facto as Câmaras apenas devem incluir no seu Plano tarefas que sejam realizáveis.

O senhor Eduardo Frederico realçou a qualidade da informação prestada que tem vindo a melhorar de ano para ano o que nos permite fazer uma apreciação clara do documento. Nota, porém, que a informação quanto ao reforço de verbas efectuado deveria ser mais detalhada e justificada. Lamentou que as receitas correntes não cheguem para cobrir as despesas correntes, o que tem vindo a agravar-se um pouco nos últimos anos, o que se deve tentar corrigir. Sugeriu, ainda, que o Município aproveitasse para diminuir a dívida à Banca. Face à situação financeira e económica do país, é de esperar que haja mais restrições relativamente aos

municípios o que obrigará a pensar na redução de custos, incluindo o pessoal e a atribuição de subsídios, que tem um peso muito significativo no orçamento.

O senhor Fernando Pereira felicitou o executivo pelas taxas de execução do orçamento atingidas em dois mil e dez. Relativamente aos custos das despesas correntes verifica uma diferença entre a estimativa e o valor executado de seiscentos mil euros. Houve um aumento da receita, fruto da cobrança da água aos munícipes, mas também houve um aumento dos custos com este fornecimento, criando um défice de cerca de setenta mil euros, o que gostava de ver esclarecido. Outro aspecto foi o aumento de dez por cento nos serviços prestados, querendo saber que tipo de serviços se trata e porque é que isto aconteceu. Concluiu, depois, que seria interessante tentar reduzir a dívida, mantendo e criando reservas para próximas acções a desenvolver.

O senhor Presidente, agradecendo as palavras que lhes foram dirigidas pela apresentação das contas, disse ser sempre preocupação do Executivo fazer um orçamento o mais credível possível, embora por vezes existam algumas derrapagens internas desse orçamento. Respondendo ao senhor Eduardo disse que muitas vezes interessa deixar abertas rubricas no orçamento, mesmo não vindo a executá-las, por razões diversas, transferindo-se a verba, depois, para outras. Deu um exemplo de uma candidatura ao PRODER para caminhos agrícolas em dois mil e dez, no valor de dois milhões de euros, para a qual se deixou a respectiva provisão, mas a candidatura não avançou pois foi reprovada, transferindo-se esse valor para outra rubrica. Existe, assim, uma diferenciação bastante grande entre o valor real e o que aparece no fecho de contas. Também os pagamentos de candidaturas vêm sempre muito atrasados. O maior aumento da despesa verificou-se na Educação nomeadamente nas AECs (actividades extra curriculares), que por força dos protocolos que existem, as câmaras se vêm obrigadas a participar. Quanto aos subsídios atribuídos às Associações não se referem só às suas actividades mas são dizem respeito, também, à Protecção Civil, com as candidaturas a dois novos carros para as Associações de Bombeiros de Ervedosa e de S. João da Pesqueira, sendo por isso um valor elevado. Relativamente ao aumento dos gastos com a água este tem origem, por sua vez, no aumento dos custos das Águas de Portugal. Há, também, despesas com contadores e com a manutenção da rede.

O senhor Vladimiro da Silva tomou a palavra para perguntar qual a percentagem com as perdas de água.

O senhor Presidente da Câmara Municipal disse que neste momento ainda não há valores certos, mas que a Câmara se encontra a fazer um levantamento profundo quanto a este assunto.

O senhor Brites Aguiar ausentou-se pelas dezassete horas e dois minutos.

Não havendo mais intervenções, o senhor Presidente da Assembleia pôs este assunto à votação tendo o mesmo sido aprovada por maioria com vinte e um votos favoráveis e três abstenções dos senhores Vítor Monteiro, Luís Mateus e Eduardo Frederico.

PONTO 3 – Eleição de um Presidente de Junta e Suplente/Substituto para integrar o Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses-ANMP.

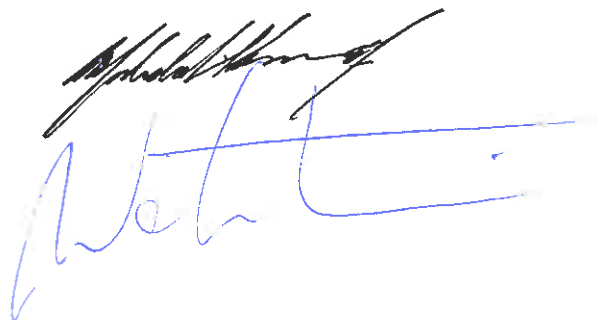
O senhor Presidente da Mesa, eram dezassete horas e dez minutos, propôs um intervalo de cinco minutos, interrompendo a sessão. Logo depois declarou aberta a sessão perguntando se havia listas. Não tendo sido apresentadas listas, passou-se à votação, com a determinação prévia de que o membro mais votado seria o eleito efectivo e o segundo mais votado o suplente.

Foram, assim, distribuídos os boletins de voto e procedeu-se à eleição através do voto secreto, tendo-se apurado os seguintes resultados: 2 votos nulos, 5 votos brancos, 7 votos favoráveis ao senhor António Balça, presidente da Junta de Freguesia de Castanheiro do Sul, 4 votos favoráveis ao senhor Joaquim Monteiro, presidente da Junta de Freguesia de Ervedosa do Douro, 3 votos favoráveis ao senhor Sá Meneses, presidente da Junta de Freguesia de Soutelo do Douro, 1 voto favorável ao senhor Adelino Lopes, presidente da Junta de Freguesia de Vale de Figueira, 1 voto favorável ao senhor António Froufe, presidente da Junta de Freguesia de Trevões e 1 voto favorável ao senhor Nelson Azevedo, presidente da Junta de Freguesia de Espinhosa.

Foram, assim, eleitos o senhor António Balça com sete votos e, como suplente, o senhor Joaquim Monteiro com quatro votos.

A fim de ser dada eficácia externa aos pontos dois e três, o senhor Presidente da Assembleia Municipal solicitou a sua aprovação em minuta, o que, posto a votação, foi aprovado por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar, e não tendo chegado à mesa qualquer pedido de intervenção do público, o senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão pelas dezoito horas, da qual se lavrou o presente acta que vai ser lida e posta à votação para aprovação.





ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA PESQUEIRA

TELEF. 254 489999 * FAX. 254 489989 * Email: cmsjpa@mail.telepac.pt
5130-321 S. JOÃO DA PESQUEIRA

Contribuinte N.º 506892646

EX.MO SR. PRESIDENTE DA
ASSEMBLEIA DISTRITAL DE VISEU
CASA DO ADRO, LARGO DA SÉ
3500-195 VISEU

S/referência
11/011
B-II/I

S/comunicação
2011/04/12

N/referência
Of.º n.º 296/DAF
F-4.1

S. João da Pesqueira,
2011/04/26

ASSUNTO: Assembleia Distrital de Viseu – Sessão Ordinária de Abril de 2011 – Justificação de falta

Ex.mo Sr. Presidente,

Na sequência da convocatória para a Sessão Ordinária de Abril da Assembleia Distrital de Viseu, somos a comunicar-lhe que, infelizmente, não estaremos presentes.

Sempre foi intenção dos membros eleitos por este município de bem e assiduamente o representar em qualquer órgão de que seja parte. Como é, porém, do conhecimento público, a Assembleia Distrital não tem, ano após ano, reunido por falta de quórum. Na verdade, parece que se esvaziaram as competências e área de actuação das Assembleias Distritais, agora talvez substituídas pelas Comunidades Intermunicipais. É pelo menos este o sentimento, com ou sem razão, da maioria dos seus membros. Embora não querendo contribuir para essa falta de quórum (e, em bom rigor, não contribuindo, atenta a elevadíssima falta de membros que sempre se verifica) estamos certos que esta sessão de Abril não se realizará mais uma vez pelo motivo referido, o que, com desânimo, diga-se em boa verdade, nos leva a não estar presentes, despendendo tempo e dinheiro, hoje tão escassos e preciosos, sabendo que, com grande grau de probabilidade, de nada valerá mais uma vez a nossa presença.


Assim, permita-nos que façamos uma sugestão, a de se estudar uma outra forma de abordar a questão da falta de quórum e a possibilidade de realizar uma sessão que encerre definitiva e legalmente a Assembleia Distrital, que não as sucessivas convocatórias que, como já demonstrou a realidade, nunca terão sucesso. Aconselhamos, sem nos querermos substituir a V. Ex.a experiente conhecedor nestas questões, que pessoalmente se contactem todos os membros da Assembleia Distrital sensibilizando-os para o assunto, e nessa altura garantimos que não faltaremos às nossas responsabilidades e estaremos presentes, com o intuito de discutir o que há a discutir e resolver o que tiver de ser resolvido.

Pela nossa parte, estamos dispostos a ajudar no que for necessário fazendo parte de uma solução que é fundamental.

Aguardando prezadas notícias,
Os melhores cumprimentos,

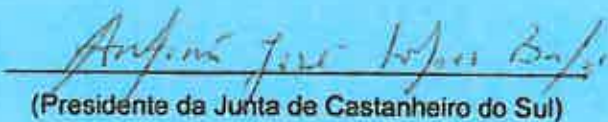
ia

O Presidente da Assembleia Municipal,



(Manuel António Natário Cordeiro, Dr.)

António José Lopes Balça

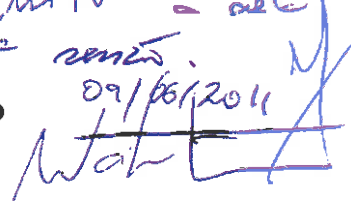


(Presidente da Junta de Castanheiro do Sul)

*Dei conhecimento ao
Sr. Presidente Câmara no
próprio sentido de 29/04/2011.*

Zona Especial de Protecção do Alto Douro Vinhateiro

*Arquivar-se
junto à acta
de sessão.
09/06/2011*



Com a publicação do Aviso 15170/2010, de 30 de Julho, emanado da Secretaria de Estado da Cultura, procedeu-se á publicação da zona especial de protecção e planta de localização do Alto Douro Vinhateiro, ao abrigo do n.º 3 do Art.º 72.º do Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de Outubro, como Património Mundial da UNESCO.


Ainda que tal facto possa ser encarado como um reconhecimento pelo património artístico e cultural da Região, que naturalmente muito nos apraz registar, traz consigo obrigações e dependências em termos de desenvolvimento urbanístico, remodelação/reconstrução do parque habitacional e não só, em termos do seu licenciamento, com parecer prévio obrigatório por parte do IGESPAR (Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, I. P.).

Ora isto significa que, toda e qualquer obra incluída nesta zona, só poderá ser licenciada/autorizada com a emissão de parecer prévio do IGESPAR, o qual é vinculativo. Toda e qualquer obra (incluindo muros e pinturas exteriores), com a excepção das efectuadas no interior dos imóveis, deverão portanto ser subscritas por arquitecto acreditado e solicitado parecer àquela entidade.

Além disso e tanto quanto julgamos saber há também o problema que não existe um regulamento á escala de uma zona histórica desta proporção e tão distinta entre si. O que implica não serem conhecidas regras concretas sobre como se deverá projectar, pelo que os pareceres irão ser emitidos em função do gosto do técnico que os analisar e do seu expectável bom senso.

Os processos serão assim muito mais caros, mais burocráticos e mais morosos. Ora estando os agricultores cada vez mais empobrecidos, como irão ter a possibilidade de suportar estes custos? Espera-se portanto que venham a existir cada vez mais obras ilegais, mais contra-ordenações e as consequências daí decorrentes serão imensas, designadamente no que se refere ao abandono da região e á exploração do duriense e á falta de trabalho.

Dado que ao abrigo do Decreto-Lei n.º 309/2009 o executivo camarário deveria ter sido ouvido em audiência prévia, bem como ter promovido a consulta pública sobre a publicação da zona especial de protecção, pergunta-se:

- 
- Foi a Câmara Municipal devidamente notificada pelo Ministério da Cultura ou pelo IGESPAR e procedeu á sua divulgação?
 - Qual o contributo da Câmara Municipal para a definição da delimitação da zona especial de protecção?
 - Foi efectivamente o projecto de decisão de definição da zona especial de protecção objecto de audiência prévia pelos interessados, ou seja, pelos munícipes?
 - Em que data se procedeu á consulta pública do mesmo?

Ainda ao abrigo do mesmo Decreto-Lei n.º 309/2009 e no que se refere ao Plano de Pormenor de Salvaguarda, no qual são estabelecidas as orientações estratégicas de actuação e as regras de uso e ocupação do solo e edifícios necessárias à preservação e valorização do património cultural existente na área de intervenção, desenvolvendo as restrições e os efeitos estabelecidos pela zona especial de protecção, pergunta-se:

- Sendo a elaboração do Plano de Pormenor de Salvaguarda e a definição do seu âmbito, total ou parcial, da competência da Câmara Municipal, encontra-se o mesmo já elaborado?
- Foi para o efeito estabelecido Protocolo com o IGESPAR?
- O IGESPAR já emitiu parecer obrigatório? Em que prazo? Foi o mesmo parecer favorável? Em caso de ter sido desfavorável que objecções foram indicadas?
- Já se encontra em vigor o Plano de Pormenor de Salvaguarda? Que divulgação foi feita do mesmo?

Face às implicações para o Concelho da publicação da zona especial de protecção que tenciona o executivo fazer junto das autoridades competentes para minorar os impactos negativos para a região? Já analisou/discutiu com os municípios envolventes modos de actuação tendo em vista reduzir as restrições impostas pela publicação da zona especial de protecção?

De conhecimento do senhor
presidente constar no processo
n.º 25 de 29/04/2011.

Apresentar
junto à acta de
n.º 25.

Sessão da Assembleia Municipal de 29 de Abril de 2011

09/06/2011

Ao abrigo da alínea d) do Art.º 2.º do Regulamento da Assembleia requer-se informação útil do executivo camarário respeitante á actividade e resultados nas associações/federações de municípios, empresas, fundações ou outras entidades em que o município detenha participações no seu capital social.

Ao abrigo da alínea e) do Art.º 2.º do Regulamento da Assembleia, e uma vez que a informação escrita do presidente do executivo não contempla ainda a totalidade das matérias que da mesma deveriam constar, como por diversas vezes tem sido reclamado e prometido pelo executivo, requer-se também, ao abrigo do n.º 4 do Art.º 68.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, conjugado com a alínea cc) do n.º 1 do mesmo Artigo, que a da referida informação passe a constar obrigatoriamente o saldo e estado actual das dívidas a fornecedores, as reclamações, recursos hierárquicos e processos judiciais pendentes e seu estado actualizado.

Mais se requiere que a informação solicitada seja remetida a esta Assembleia em tempo oportuno que permita a sua análise e discussão, o mais tardar, na próxima sessão ordinária a realizar em Junho de 2011.